

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**  
**INFORME BRASIL Nº 24/2013**

Período: 13/07/2013 – 19/07/2013

**GEDES – Brasil**

- 1- Dados referentes ao uso de aviões da Força Aérea Brasileira por autoridades são divulgados e comitiva de recepção ao papa não deve voar pela FAB
- 2- O programa FX-2 e a defesa aérea do Brasil
- 3- Preparativos das Forças Armadas para a segurança da Jornada Mundial da Juventude
- 4- Defesa cibernética I: O baixo investimento brasileiro
- 5- Defesa cibernética II: Debate sobre a execução eficaz de proteção da informação
- 6- Defesa cibernética III: Ministro das Relações Exteriores considera esclarecimentos dos Estados Unidos sobre espionagem insuficientes
- 7- Defesa cibernética IV: Jornais relembram casos de espionagem praticados contra o Brasil
- 8- Comissão Nacional da Verdade visa plano para cobrar responsabilidades de empresas durante o regime militar
- 9- Aviões da Força Aérea Brasileira foram revistados na Bolívia indevidamente em 2011

1- Dados referentes ao uso de aviões da Força Aérea Brasileira por autoridades são divulgados e comitiva de recepção ao papa não deve voar pela FAB

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o uso de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) por autoridades do governo cresceu 39% no primeiro semestre do ano de 2013, em comparação ao mesmo período em 2011, o que equivaleria a cerca de 9 voos por dia. Os dados referentes aos voos, a partir do ano de 2010, serão enviados em até 30 dias ao Senado Federal para esclarecimentos. Entretanto, a lista de acompanhantes não poderá ser revelada, uma vez que a Aeronáutica declarou não arquivar esses dados. O senador Aloysio Nunes Ferreira foi quem solicitou ao Ministério da Defesa a análise das referidas informações e afirmou que, em caso de omissão de informações, acionará a Lei de Acesso à Informação e o Tribunal de Contas da União, que é responsável por fiscalizar o uso de recursos públicos federais. Segundo o jornal, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República declarou que os voos realizados por autoridades em aeronaves da FAB cumprem as regras determinadas, e lembrou que esses voos são também utilizados para treinamento dos pilotos. Além disso, segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o governo divulgará na internet os voos solicitados por autoridades dos três poderes. Serão publicadas informações como origem, destino, data e nome da autoridade solicitante da aeronave. Ainda de acordo com a *Folha*, no ranking das autoridades do Executivo que mais acionaram a FAB, de janeiro a junho de 2013, estão: o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, com 110 voos no período; seguido do ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, com 101 voos; o da Justiça, José Eduardo Cardozo, com 91 voos; o dos Esportes, Aldo Rebelo, com 81 voos; e o vice-presidente da República, Michel Temer, com 78 voos. Na

sexta posição está o ministro da Defesa, Celso Amorim, que reivindicou 68 voos. Já no que diz respeito aos pedidos feitos pelo Congresso Nacional, o jornal informou que o atual presidente do Senado, Renan Calheiros, solicitou 27 voos no período, quantia superior à de seu antecessor, José Sarney, que reivindicou os voos da FAB 18 vezes no mesmo período de 2012. Por fim, segundo a *Folha*, o presidente do Superior Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, usou aviões da FAB por duas vezes desde que assumiu a presidência do tribunal, em novembro de 2012. Ainda de acordo com *O Estado*, entre os dias 11 e 14/07/13, dez ministros “requisitaram assento para 131 acompanhantes, mas os nomes desses passageiros não foram informados”. Tendo em vista tais denúncias sobre o uso irregular dos aviões da FAB e a necessidade de uma imagem positiva, o Legislativo desistiu de fretar aeronaves para levar os parlamentares à recepção do papa Francisco, da cidade de Brasília ao Rio de Janeiro, no dia 22/07/13, conforme informado pelo jornal *Correio Braziliense*. Os 30 deputados que deveriam acompanhar o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, viajariam em aviões de carreira, custeando as próprias passagens. A assessoria do Senado Federal informou que não formaria uma comitiva oficial para a solenidade mesmo com passagens custeadas pelos congressistas. De acordo com o periódico, apenas a comitiva da presidenta de República, Dilma Rousseff, composta por um grupo de ministros e assessores e pelo vice-presidente da República, Michel Temer, utilizaria uma aeronave da FAB para ir à cerimônia de chegada do pontífice. (*Correio Braziliense* – 19/07/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 15/07/13; *Folha de S. Paulo – Folha Corrida* – 15/07/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 16/07/13; *O Estado de S. Paulo – Política* 13/07/13; *O Estado de S. Paulo – Política* – 13/07/13; *O Estado de S. Paulo – Política* – 16/07/13)

## 2- O programa FX-2 e a defesa aérea do Brasil

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o adiamento da decisão para a compra de 36 caças para a Força Aérea Brasileira (FAB) se tornou uma ameaça à capacidade do Brasil em proteger seu espaço aéreo, sobretudo o de Brasília, capital do país. O chamado programa de reaparelhamento da frota de caças da FAB – o chamado FX-2 –, iniciado há mais de 12 anos, continua sem definição e tal fato pode incorrer na redução das aeronaves em operação, uma vez que os 12 caças Mirage 2000C/B (adquiridos “de segunda mão” da Força Aérea Francesa em 2005) para missões de defesa aérea serão desativados em dezembro de 2013. Segundo o *Correio*, militares afirmaram que o processo de desativação das aeronaves iniciou-se gradualmente e a mesma apreensão se estende aos caças estadunidenses F-5, os mais antigos em operação na FAB. Apesar de estar previsto que os F-5 saiam de operação somente no ano de 2025, há a chance de antecipação por “razões técnicas” e também porque, de acordo com jornal, tais aeronaves seriam o “principal alvo” do programa de reaparelhamento, orçado em US\$ 7 bilhões. Segundo o *Correio*, a presidenta da República, Dilma Rousseff, afirmou que a decisão sobre o programa FX-2 será tomada ao final de 2013. De acordo com o jornal, o governo da França estaria insatisfeito com a demora na escolha das aeronaves, além dos “recentes sinais favoráveis à alternativa da [empresa norte-americana] Boeing”. O *Correio* comprovou esse descontentamento do governo francês com o fato de que, pela primeira vez, a Força Aérea Francesa se ausentará, sem justificativa, do

exercício aéreo militar internacional anual que ocorrerá em novembro de 2013, o Cruzex Flight, organizado pelo Brasil na cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. De acordo com o *Correio*, o diretor da empresa Dassault no Brasil, Jean-Marc Merialdo, declarou não ter conhecimento exato da situação sobre a concorrência, “nem quando o governo decidirá ou mesmo se decidirá”, mas afirmou que seu produto atende a todos os quesitos exigidos, ressaltando suas qualidades e a parceria tecnológica incluída. Segundo o *Correio*, haveria indícios de que a empresa estadunidense Boeing teria vantagem na disputa, como a negativa de Rousseff em 2012 para concluir a compra com a Dassault, sob a alegação de dificuldades devido a crise econômica. Além disso, a Boeing abriu escritório nas cidades de São Paulo, em 2011 e de Brasília, em 2013, contratou a ex-embaixadora dos Estados Unidos no Brasil Donna Hrinak, para a presidência da empresa no Brasil, estabeleceu parcerias com o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e universidades brasileiras para desenvolver projetos industriais e promover intercâmbios. De acordo com o *Correio*, o presidente mundial da Boeing e presidente do conselho de exportação do governo estadunidense, Jim McNerney, garantiu oferecer o melhor produto e prometeu compartilhar tecnologia. O diretor da empresa sueca Saab, Andrew Wilkinson, afirmou que o caça Gripen já está em produção e que “estamos bastante confiantes de que fizemos uma proposta de custo bastante efetiva e, ao mesmo tempo, consistente com a intenção do governo de proporcionar um salto tecnológico à indústria aeroespacial brasileira”. (*Correio Braziliense* – 14/07/13)

### 3- Preparativos das Forças Armadas para a segurança da Jornada Mundial da Juventude

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, sete militares e um avião C-130 Hércules, da Força Aérea Brasileira (FAB), foram responsáveis pelo transporte dos dois veículos, chamados de papamóveis, da cidade de Roma, na Itália, para o Rio de Janeiro, para uso do papa Francisco durante sua visita à cidade entre os dias 23 e 28/07/13, período em que ocorre a Jornada Mundial da Juventude (JMJ). Além disso, de acordo com a *Folha*, uma readequação da segurança do papa Francisco, que envolve homens do Exército e da Polícia Federal, foi realizada. Esses órgãos, mais a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), em diálogo com a equipe do Vaticano propuseram alterações no roteiro da visita do pontífice para evitar que ele fique próximo aos possíveis locais de manifestação. Ademais, segundo a *Folha* e *O Estado*, um painel eletrônico com atualização de hora em hora foi instalado na sala do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), na sede da Abin, em Brasília, para o acompanhamento de tendências de eventuais problemas, como "organizações terroristas", "crime organizado" e "criminalidade comum". Segundo *O Estado*, o maior nível de preocupação, que recebeu alerta vermelho do sistema, seria com os chamados “grupos de pressão”, entretanto, José Elito Carvalho Siqueira, ministro do Gabinete de Segurança Institucional e general do Exército, afirmou que "as manifestações não serão um problema. Temos que encarar com naturalidade". De acordo com o *Correio*, a *Folha* e *O Estado*, os ministros da Defesa, Celso Amorim, e da Justiça, José Eduardo Cardozo, manifestaram preocupação em relação à segurança pessoal do papa, após reunião realizada com autoridades brasileiras e a Gendarmeria, a guarda do

Vaticano. Segundo os periódicos, Amorim e Cardozo pediram às autoridades do Vaticano que as medidas de proteção ao pontífice sejam reforçadas, principalmente devido às possíveis manifestações durante o evento. De acordo com *O Estado*, as Forças Armadas empregaram 10.266 militares, além de outros 4 mil em alerta, para a visita do papa. A Aeronáutica movimentou 600 homens, além de caça F-5M, A-29A/B Super Tucano, aviões de transporte de passageiros, helicópteros e dois veículos aéreos não tripulados (Vant). A Marinha criou um grupo especial para a operação com 1.924 militares, podendo movimentar até 30 navios liderados por uma fragata da Classe Niterói, quatro ou cinco helicópteros, cerca de 150 veículos e dois CLAnf 7A1. O Exército, com o emprego de cerca de 7,5 mil homens, possui encargo mais amplo, cuidando de estruturas estratégicas, como sistemas de transporte, centros de geração de energia e telecomunicações e estações de abastecimento de água. Além do aparato militar, o Exército afirmou que não permitiria a entrada de militantes no Campus Fidei, com a previsão de barreiras em um raio de 4 quilômetros do terreno, na região de Guaratiba, Rio de Janeiro. Segundo o general José Alberto da Costa Abreu, não haverá revista aos peregrinos, mas grupos suspeitos e pessoas com máscaras serão vetados. De acordo com a *Folha* e *O Estado*, o Campus Fidei será protegido por 7 mil militares fardados, porém, somente os responsáveis pela proteção externa do Campus, estarão armados. *O Estado* ressaltou ainda que a segurança durante a vigília no Campus será feita por militares da 4.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria Leve, localizada em Juiz de Fora (MG), que adquiriram experiência no Haiti e falam diversos idiomas. Os jornais destacaram também que a segurança do Palácio Guanabara será reforçada. Segundo a *Folha*, haverá militares isolando a sede do governo, espalhados entre os peregrinos e no palco, junto ao papa. O *Correio* acrescentou que 94 torres de observação com militares ajudarão na segurança das áreas de maior concentração. Ao todo, será utilizado um contingente de 10 mil agentes. (Correio Braziliense – 14/07/13; Correio Braziliense – 18/07/13; Correio Braziliense – 19/07/13; Folha de S. Paulo – Poder – 16/07/13; Folha de S. Paulo – Poder – 18/07/13; Folha de S. Paulo – Poder – 17/07/13; Folha de S. Paulo – Poder – 19/07/13; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 16/07/13; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 17/07/13; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 18/07/13; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 19/07/13)

#### 4- Defesa cibernética I: O baixo investimento brasileiro

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o governo brasileiro gastou somente R\$ 8 milhões em defesa cibernética no ano de 2013, cerca 8,9% dos R\$ 90 milhões destinados a essa área no ano. De acordo com o periódico, boa parte desses recursos utilizados não foi destinada a iniciativas com “relação direta com segurança de redes de informações estratégicas”. Quase metade destinou-se à compra de jipes militares e cabines para a instalação de estações de comunicação, recurso que permite a transmissão de imagens e acesso a internet mesmo em locais remotos, o que, de acordo com o jornal, não possui relação direta com a prevenção de ataques cibernéticos ou espionagem de fluxo de dados. Outros gastos incluem a compra de equipamentos e acessórios para a segurança do prédio do Centro de Inteligência do Exército, em Brasília. O estímulo à capacitação de profissionais, que é uma das funções do Sistema de Defesa Cibernética, também foi considerado pequeno. Segundo a *Folha*, o

Comando do Exército afirmou, em nota, que os jipes e cabines são unidades móveis de comunicação que “atuarão em rede”, o que é previsto no propósito da estratégica cibernética. Em relação a capacitação de profissionais da área, o Exército declarou que tem investido em cursos e outros eventos, no Brasil e no exterior, “ao longo dos últimos anos, e não somente em 2013”. De acordo com a *Folha*, o gasto previsto na área de defesa cibernética pelo governo brasileiro até 2035 é de R\$ 840 milhões, o que representa menos de 0,5% dos R\$ 208 bilhões destinados aos gastos considerados prioritários pelo Exército no período, de acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional. O Ministério da Defesa declarou que os valores que constam no Livro Branco são apenas “projeções” e o gasto real poderá ser maior. Segundo o periódico, entre os projetos previstos com esse orçamento está a implantação da “estrutura de planejamento e execução da segurança cibernética”, da “estrutura de pesquisa científica” e “a criação de uma Escola Nacional de Defesa Cibernética e o desenvolvimento do chamado rádio definido por software”. (Folha de S. Paulo – Mundo – 14/07/13)

#### 5- Defesa cibernética II: Debate sobre a execução eficaz de proteção da informação

Conforme publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Celso Amorim, admitiu, em audiência pública no Senado Federal, que o Brasil possui “vulnerabilidades na defesa cibernética”, após a divulgação de documentos que comprovariam que os Estados Unidos tiveram acesso a inúmeros dados e registros de acesso de cidadãos brasileiros. A “desvantagem tecnológica” é a justificativa do governo para essa vulnerabilidade. Segundo o jornal, Amorim declarou que o país é dependente de tecnologia de outros países, após a presidenta da República, Dilma Rousseff, ter afirmado que não toleraria violação da soberania nacional. De acordo com *O Estado*, o governo brasileiro baseia-se em um conceito de soberania “fundado na premissa da regulação pela territorialidade”, onde a “defesa cibernética” serviria de argumento para implementar mecanismos de controle do tráfego de dados no Brasil, o que alteraria a lógica da internet como um “ambiente livre e aberto”. Para *O Estado*, o investimento na independência tecnológica no que se refere a defesa cibernética não solucionaria casos de espionagem, pois, além disso, seria preciso a aprovação de aparatos jurídicos de proteção aos cidadãos, como o Marco Regulatório Civil e a Lei de Proteção de Dados Pessoais no âmbito interno, bem como a discussão para a implementação de um marco regulatório supranacional. De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o coordenador do curso de direito eletrônico da Escola Paulista de Direito, Renato Opice Blum, afirmou que é muito difícil prevenir a espionagem, mas, “tecnicamente, alguns parâmetros podem ser usados para dificultá-la”, além disso, reafirmou o que outros especialistas defendem: a necessidade de uma regulamentação sobre o tema no âmbito internacional. Já, de acordo com o diretor de projetos especiais e de desenvolvimento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, órgão ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, Milton Kaoru Kashiwakura, para se proteger da espionagem, seria preciso “evitar a exposição excessiva de dados críticos, ampliar a infraestrutura de telecomunicações, usar a criptografia sempre que possível e não instalar equipamentos menos confiáveis em locais críticos da rede”. O *Correio* mencionou ainda que, logo após as denúncias de espionagem, Rousseff sugeriu que os dados de brasileiros armazenados pelo

Google fossem guardados no Brasil, mas Blum alerta que a empresa não aceitaria isso, uma vez que todo o seu investimento encontra-se nos Estados Unidos. Sendo assim, segundo o especialista, “algum monitoramento sempre vai haver, quer as pessoas gostem ou não”. De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), Basílio Pérez, “o Brasil tem condições de se resguardar e de usar provedores regionais para guardar os dados, além de Data Centers instalados aqui”, e afirmou ainda que, se uma cópia dos dados das pessoas ou empresas ficasse no Brasil, essa cópia estaria sujeita às leis brasileiras. Entretanto, de acordo com o *Correio* e *O Estado*, o governo brasileiro tem se preocupado, no momento, em garantir o andamento do projeto de criação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e a construção de dois cabos óticos submarinos que ligarão Uruguai-Brasil-África-Europa e Brasil-Caribe-Europa. A intenção desses cabos seria evitar o tráfego de informações pelos Estados Unidos, dificultando assim a espionagem de agências de inteligência estadunidenses. De acordo com *O Estado*, por não possuir seu próprio satélite de comunicação militar, o governo brasileiro atualmente arca com um custo anual de R\$ 14 milhões com o aluguel dos serviços da empresa mexicana Telmex. Segundo o jornal, o episódio das denúncias de espionagem devem ser fundamentais para que não haja mais atrasos na licitação para a construção do satélite brasileiro, que, segundo previsões, deverá iniciar suas operações em abril de 2016. Em coluna opinativa para o *Correio*, Tereza Cruvinel argumentou que o Brasil negligenciou questões de segurança cibernética por décadas, além da precariedade atual que não permite a identificação dos materiais que podem ter sido violados. Cruvinel ainda mencionou que uma das maiores preocupações tem sido a segurança de dados militares estratégicos, ainda que as Forças Armadas tenham divulgado que não existem indícios de violação, e destacou ainda o caso da Argentina, que possui satélites próprios e uma empresa para geri-los. (*Correio Braziliense* – 15/07/13; *Correio Braziliense* – 16/07/13; *O Estado de S. Paulo* – Aliás – 14/07/13; *O Estado de S. Paulo* – Internacional – 15/07/13)

#### 6- Defesa cibernética III: Ministro das Relações Exteriores considera esclarecimentos dos Estados Unidos sobre espionagem insuficientes

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro das Relações Exteriores Antônio Patriota considerou os esclarecimentos estadunidenses sobre os casos de espionagem no Brasil “insuficientes”. Segundo os jornais, um grupo técnico formado por representantes de ministérios como Justiça, Defesa, Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e Ciência e Tecnologia, além do próprio Itamaraty, foi responsável por solicitar mais esclarecimentos ao governo estadunidense. Ainda foi ressaltado que o embaixador dos Estados Unidos da América (EUA) no Brasil, Thomas Shannon, informou ao senador e presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Ricardo Ferraço, que aguarda autorização da Casa Branca para depor no Congresso Nacional. Entretanto, a *Folha* apurou, em investigações independentes, que Shannon “recusou o convite da Comissão por achar que as denúncias de Edward Snowden – ex-funcionário de agência de inteligência que denunciou o esquema de espionagem cibernética norte-americana – foram tiradas do contexto, têm erros factuais e ganharam conotação

‘espetaculosa’”. De acordo com *O Estado*, Ferraço lembrou que Shannon “conta com imunidade diplomática, o que o desobrigaria de comparecer ao Congresso brasileiro”. (Folha de S. Paulo – Mundo – 16/07/13; *O Estado de S. Paulo – Internacional* – 16/07/13)

#### 7- Defesa cibernética IV: Jornais relembram casos de espionagem praticados contra o Brasil

Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, Carlos Heitor Cony lembrou episódios envolvendo interferências do governo estadunidense na política brasileira. O primeiro foi o monitoramento, pelo serviço de inteligência dos Estados Unidos (EUA), de conversas entre o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek e o general e ex-ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, nas vésperas do golpe que deu origem ao regime militar brasileiro (1964-1985). Outro grande momento lembrado pelo colunista se deu em 1954, quando a Agência Central de Inteligência norte-americana (em inglês, CIA) rastreou, na cidade do Rio de Janeiro, qualquer indício que pudesse ser usado para a retirada do presidente da República, Getúlio Vargas, do poder. Para evitar isso, oficiais da Aeronáutica blindaram a sede do governo com equipamentos tecnológicos de primeira linha. O *Correio Braziliense*, por sua vez, lembrou a escuta clandestina encontrada no gabinete de trabalho do então presidente da República (1979-1985), general João Figueiredo. Na época, o presidente havia sido aconselhado por assessores a trocar a decoração de seu gabinete; foi ao fim dessa obra que uma minuciosa varredura localizou uma escuta clandestina, apesar do rigor e vigilância do regime militar no poder. (*Correio Braziliense* – 13/07/13; *Folha de S. Paulo – Opinião* – 16/07/13)

#### 8- Comissão Nacional da Verdade visa plano para cobrar responsabilidades de empresas durante o regime militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 16/07/13, a coordenadora da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Rosa Cardoso, juntamente com o grupo de trabalho sobre repressão a sindicalistas, anunciou a intenção de responsabilizar empresas que perseguiram funcionários durante o regime militar (1964-1985). Dentre elas estão empresas estatais, como a Petrobras e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), ex-estatais, como a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e privadas, como a Volkswagen. Segundo a *Folha*, “o objetivo é que trabalhadores que se sentiram prejudicados, por exemplo, proibidos de participar de greve ou demitidos do motivos políticos, possam ser indenizados”. Procurados pelo jornal, os Correios afirmaram sua disposição em colaborar com a CNV, enquanto a Volkswagen afirmou que não se declararia sobre o assunto. (*Folha de S. Paulo – Poder* – 17/07/13)

#### 9- Aviões da Força Aérea Brasileira foram revistados na Bolívia indevidamente em 2011

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, agentes da Força Especial de Luta Contra o Narcotráfico – uma unidade especial da polícia boliviana – revistou, sem autorização do governo brasileiro,

aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) que transportavam autoridades brasileiras em viagens oficiais à Bolívia, no ano de 2011. De acordo com os jornais, a inspeção ocorreu em três ocasiões – duas em outubro e uma em novembro daquele ano – no aeroporto da cidade de La Paz, na Bolívia; sendo que, em uma delas, foi revistado o avião que transportava o ministro da Defesa, Celso Amorim, que atendia a compromissos oficiais no país. Segundo a *Folha*, o governo brasileiro, no dia 16/07/13, confirmou os acontecimentos e declarou que os fatos representam "violações da imunidade das aeronaves da FAB", destacando que, na ocasião da viagem de Amorim, o ministro, que não estava a bordo no momento da vistoria, "jamais" autorizou tal ação por parte da polícia boliviana. De acordo com o *Correio* e a *Folha*, o ministro de Relações Exteriores da Bolívia, David Choquehuanca, admitiu, no dia 17/07/13, que a polícia boliviana errou ao vistoriar as aeronaves da FAB, justificando que "às vezes os [agentes] da Força Especial de Luta Contra o Narcotráfico cometem algumas infâmias porque não sabem se é um avião VIP ou não. Houve uma reclamação [do Brasil] e esclarecemos isto". Segundo a *Folha*, o Ministério das Relações Exteriores declarou à época que o acontecimento foi "intrusivo" e alertou que tais "procedimentos abusivos" levariam o Brasil a aplicar o chamado "princípio da reciprocidade". Desde então, não foram mais relatados casos semelhantes por parte de autoridades bolivianas. De acordo com o colunista da *Folha* Clóvis Rossi, o ocorrido demonstrou a "tolerância excessiva" por parte do governo brasileiro em relação aos seus vizinhos, na qual a "solidariedade" teria se confundido com "subserviência". No dia 19/07/13, a *Folha* informou que, em um dos voos revistados, foram usados cães farejadores para fazer a vistoria na cabine de pilotos e passageiros, em Santa Cruz de La Sierra. A aeronave transportava do Brasil uma comitiva integrada pelos deputados Gladson Cameli, Marcos Rogério, Raul Lima e Magda Mofatto, em missão oficial, para verificar a situação de estudantes brasileiros de medicina no país. Segundo Lima, o tenente-coronel da FAB, Marcelo Mendonça, tentou negociar com os agentes, porém não obteve resultado. Mofatto confirmou o episódio e declarou que os integrantes da comitiva teriam ficado "ofendidos". (*Correio Braziliense* – 18/07/13; *Folha de S. Paulo – Mundo* – 18/07/13; *Folha de S. Paulo – Mundo* – 19/07/13; *O Estado de S. Paulo – Notas e Informações* – 18/07/13)

## SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

**Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).